

A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)

NILO DIAS DE OLIVEIRA *

O trabalho que aqui apresentamos demonstra como o serviço de inteligência, também denominado Sistema de Segurança Nacional, adquire estatura e complexidade capaz de vigiar e controlar toda a sociedade, a partir da segunda metade da década de 1950, isto é, em plena vigência do governo de Juscelino Kubistchek.

A articulação dos principais órgãos que atuam como polícias políticas, ou seja, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Divisão de Polícia Política Social (DPS), as seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Cíveis da República, assim como os Serviços de Informações das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS's) e as Secretarias de Segurança estaduais, compõe, pela primeira vez no Brasil, um sistema que integra horizontal e verticalmente, todo o aparato repressivo da Nação.

Estruturando-se como uma central única de informações nacional, suas ramificações adquirem também dimensão internacional, pelas conexões com a polícia política de vários países europeus, norte-americanos e latino-americanos.

Para o desenvolvimento desse trabalho centramos a análise na documentação de dois órgãos federais, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) que centralizavam as informações das polícias políticas estaduais. Dada a imensidão documental, a explanação dessa articulação entre as esferas nacional e as estaduais se explicita através de alguns estados da federação, principalmente o Estado de São Paulo, no qual funcionava, assim como em todos os outros estados, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-SP).

O fato de a historiografia enfatizar que não havia articulação federal da ação repressiva no período JK, nos levou a centrar a análise na comprovação da articulação nacional de um sistema que pratica, em nome da Segurança Nacional, a repressão ao “inimigo interno”.

*Doutorando em História Social pela PUC-SP. Integrante do Centro de Estudos de História Latino-Americana – CEHAL e do Núcleo de Estudos de História: trabalho, ideologia e poder – NEHTIP, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A tese de doutorado em andamento orientada pela Prof^a Dr^a Vera Lucia Vieira tem o apoio do CNPq. Email: nilodiasoliveira@gmail.com

A vigilância e a repressão dessa polícia política se formalizaram nos vínculos entre o Conselho de Segurança Nacional (CSN) com os Ministérios civis da República e as suas respectivas Seções de Segurança Nacional, com a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), com a(s) Delegacia(s) de Ordem Política e Social (DOPS's) estaduais e suas respectivas Secretárias de Segurança estaduais. Todo este aparato policial estabelecia, já na década de 1950, conexões com a polícia política de vários países europeus, norte-americanos e latino-americanos.

Sendo assim, configurou-se a estreita vinculação deste sistema repressivo com a nova formulação do Estado que iniciada em 1948. Em seu interior cria-se a Escola Superior de Guerra (ESG), cujos preceitos eram o do fortalecimento e o do controle do Estado pelos segmentos militares, que faziam também parte da conexão de informações sobre o monitoramento e o mapeamento do crescimento das lutas sociais naquele período de abertura política e de desenvolvimento industrial e urbano.¹

Este sistema, também conhecido como Sistema de Inteligência, passou a integrar o cerne do Estado brasileiro e nessa perspectiva afirma Marco Cepik,

sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. (...) pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo. (CEPIK, 2003:75)

Dessa maneira, a análise da ação das polícias políticas civis e militares no controle da sociedade civil, mostrou-se de fundamental importância para a compreensão do Estado denunciando a vigência de uma democracia para os fins de um determinado segmento da burguesia, mas tomada como valor universal.² Isto em um momento de rearranjo das forças

¹As lutas sociais através dos sindicatos, das associações democráticas em defesa de maior participação política e econômica dos vários segmentos excluídos iriam endossar cada vez mais aquela tese (a falência do poder civil), reforçando tanto a necessidade da intervenção militar nos destinos da nação, como a formulação de uma doutrina de Estado militar. Dentro desta visão, somente os militares seriam capazes de alterar o caráter, a cultura e a índole do povo brasileiro. Compunham, conforme afirmava o General Juarez Távora, a elite nacional capaz de garantir a consolidação da nação. (OLIVEIRA, 2012:62)

²No período entre 1955 e 1967 ocorre a associação entre a burguesia industrial brasileira e os oligopólios multinacionais, ao mesmo tempo em que se acirra a luta de classe entre a burguesia industrial e a burguesia agrária, apontada por Francisco de Oliveira como já existente no período da República Velha.

produtivas e das relações sociais de produção e de uma nova modalidade de inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial.

A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultra conservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das graves operarias na década de 1910), em São Paulo, como puras “questões de polícia”, ou quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas.(FERNANDES, 2006:242)

Essa nova orientação econômica para os organizadores do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)³, a necessidade de uma administração pública racional e científica era uma decorrência natural do aumento da responsabilidade do poder executivo nos tempos modernos, particularmente para benéfica para garantir os investimentos econômicos. Assim, afirmavam, não havia dúvida quanto à necessidade crescente da intervenção do poder estatal em todos os setores da atividade nacional, e para isto a racionalização administrativa era indispensável.

Nessa perspectiva o DASP também propunha, no início dos anos de 1940, a reestruturação da polícia política para garantir melhor eficiência de geração de informações sobre a segurança nacional, dada a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Tal perspectiva foi assumida pelo então Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra, através do anteprojeto do Decreto-Lei encaminhado ao Presidente da República.⁴

Em 1941, numa mensagem secreta, o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, atento ao desenrolar da 2ª Guerra Mundial, afirmava ao Ministro da Justiça a necessidade de ser criado um serviço secreto de informações que teria a denominação de Departamento Federal de Segurança Pública e que seria responsável pela direção geral dos serviços de polícia de todo o país e também pela busca de informações e contraespionagem em âmbito nacional e, quando necessário, agiria até no exterior.(LEITÃO,SILVA,1998:78)

³O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi um órgão público do governo federal brasileiro, criado pelo decreto-lei 579, em 30 de julho de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas (período do Estado Novo). Fazia parte de um esforço de reforma na administração pública brasileira, e já estava previsto na constituição de 1937. Além de fornecer elementos para melhoria da máquina pública, o DASP deveria fornecer assessoria técnica ao presidente da república e elaborar a proposta orçamentária.

⁴MensagemSecreta 98/59, de 27 de outubro de 1941. Documento sobre o processo de criação do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Fundo DGIE, Setor Administração, Pasta 1 – cont., DossiêDPS, p. 3, 1943.

A defesa da criação de um Serviço Secreto de Informações visando à segurança interna do país também era defendida pelo Ministério da Guerra, pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), conforme os pesquisadores Roratto e Carnielli. A posição do DASP foi assumida pela SG/CSN, defensora de que as atividades atinentes à segurança interna do país fossem dadas à Polícia Civil do Distrito Federal (que, anos mais tarde se tornará o Departamento Federal de Segurança Pública). Já os militares defendiam que as funções de segurança, fossem internas ou externas era de sua competência, portanto, o órgão a ser criado deveria estar vinculado ao Ministério da Guerra. Por seu lado, o Ministério da Justiça, propôs que tal órgão ficasse vinculado à um dos Ministérios, á semelhança do Federal Bureau of Investigation (FBI) norte-americano, que era vinculado ao Departamento de Justiça:

Não satisfeito com a posição do DASP, o Ministro da Justiça, devido à proximidade com o Presidente da República, tentou viabilizar a criação de serviço de inteligência independente da polícia com base nos seus pareceres e nos da SG/CSN, mas não obteve sucesso. A oposição do DASP, ao reexaminar o assunto, ficou evidenciada na Exposição de Motivos Reservada nº 2.888, de 17 de outubro de 1942, quando se manifestou contrariamente à criação do Serviço Federal de Informações, ao reforçar seu anterior ponto de vista de que essas atividades deveriam ser atribuídas à Polícia Civil do Distrito Federal. Na mesma Exposição de Motivos, o DASP solicitou autorização do Presidente da República para, em entendimento com as autoridades competentes, proceder à revisão da estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, com o objetivo de atribuir a esse órgão jurisdição nacional para as atividades de natureza política, conservando-lhe o âmbito local para as funções de Polícia Civil. (RORATTO, CARNIELLI, 2006:11)

Nesta tendência à centralização dos serviços de segurança nacional, também denominados Serviço de Inteligência, ganhou novo fôlego em 1944, quando a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) foi transformada na Divisão de Polícia Política e Social (DPS), regulamentada em 1946. A nova DPS ficou subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)⁵, subordinado ao Ministério da Justiça, e, portanto, a função da polícia política ficou, neste período, sob o crivo da hierarquia civil na

⁵“Em março de 1944, a Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)”.(REZNIK, 2000:94)

burocracia estatal, embora sua direção estivesse nas mãos de um militar designado pelo presidente. Segundo Reznik, durante os anos 40 em que funcionou como agência federal, a DPS⁶,

não apenas rotinizou procedimentos de investigação, como estabeleceu vínculos formais com os DOPS's e as Secretárias de Segurança estaduais, com as Seções de Segurança Nacional existentes em todos os Ministérios Civis da República, com os Serviços de Informações e com a polícia política de vários países europeus, norte-americanos e latinos americanos. Desta maneira estruturou, para viabilizar as suas funções, uma rede nacional e internacional". (REZNIK, 2000:11)

Tais aparatos policiais foram importantes na vigilância e na repressão no período Vargas, sofisticando a sua prática de infiltração nos movimentos operários, nos sindicatos, nas agremiações políticas, nas entidades de classe, como também nos movimentos de caráter associativo e/ou reivindicatórios por direitos democráticos. Todos eram considerados comunistas, acusados de tentarem desestabilizar a ordem vigente, pelo que deveriam ser expurgados onde se encontrassem.

O assunto volta à baila quando da discussão da Lei de Segurança Nacional, ainda na década de 1940, sob a contraditória justificativa de que era necessário vigiar para se garantir os direitos constitucionais e a defesa da democracia.

Seguindo a tendência mundial de reformulação dos conceitos de defesa interna e do continente latino americano, parametrado no National War College, nos EUA, criado em 1946, sediado em Washington e vinculado ao Pentágono, com o objetivo de desenvolver uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, aqui no Brasil também os debates se acentuaram, resultando no que ficou conhecido como a Doutrina de Segurança Nacional.⁷ É neste momento que surgem as escolas militares na América Latina, segundo a inspiração da escola de guerra norte-americana: a

⁶Apesar das diferenças o SNI foi herdeiro da DPS.

⁷Como parte da iniciativa da conhecida Doutrina de Segurança Nacional, a Escola das Américas foi inicialmente criada em Fort Amador, no Panamá. Sua denominação inicial foi "Centro de Adestramento Latinoamericano - Divisão da Terra". Sua missão principal era a de fomentar cooperação ou servir como instrumento para preparar as nações latino-americanas a cooperar com os Estados Unidos e manter assim um equilíbrio político contendo a influencia crescente de organizações populares ou movimentos sociais de esquerda. Em 1950 a escola mudou o seu nome para United States Army Caribbean School ("Escola Caribenha do Exército dos Estados Unidos") e foi transferida para Fort Gulick, também no Panamá; neste mesmo ano o espanhol foi adotado como língua oficial da academia.

Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil; a Academia de Guerra, no Chile; a Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; a Escola Superior de Guerra, na Colômbia; e a Escola de Altos Estudos Militares na Bolívia.

No caso brasileiro,

A ESG teve dois nascimentos. O primeiro ocorreu em 1948, sendo a continuidade do projeto lançado em 1942, que consistia em um curso de Alto Comando a ser frequentado por generais e coronéis e, posteriormente, por altos oficiais das três armas; o segundo foi em 1949, quando o projeto de 1942 foi rapidamente atropelado pelo contexto da Guerra Fria, momento em que os Estados Unidos enviaram uma missão de assessoria. Assim, pela Lei n.º. 785, de 20 de agosto de 1949, surgia a ESG, tendo por finalidade “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional. A instituição nascia subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas e seu primeiro comandante foi o general Oswaldo Cordeiro de Farias”. (FERNANDES, 2009:841)

Era claro que a ideologia da segurança nacional perseguida pelo Estado brasileiro com o endosso da ESG, refletia os interesses estadunidense na contenção do ideário, tanto comunista como nacionalista, que poderia abalar a sua influência política e econômica na nova ordem mundial no pós Segunda Guerra Mundial no continente latino americano. Dessa maneira,

os EUA apressaram a formação de alianças regionais com o intuito de combater a possível expansão soviética e, mais que isso, impedir a expansão do ideário comunista, e mesmo reformista, evitando assim que tais ideais pudessem de alguma forma ameaçar a segurança do país.⁸Ao analisar os documentos relativos ao TIAR⁹,

⁸Para os policymakers de Washington, segurança nacional era definida em termos de correlação de poder. Poder era definido em termos de controle de recursos, infraestrutura industrial e bases externas. Assim a segurança do país residia na superioridade econômica e tecnológica sobre qualquer potencial adversário. LEFFLER, M. *The preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*, Stanford: Stanford University Press, 1992. Nesse aspecto, é necessário esclarecer que a noção de Segurança Nacional cunhada nos EUA é tão ampla que ela pode ser considerada ameaçada, por eventos ou mudanças ocorridas em qualquer parte do planeta. Referindo-se às relações com a URSS, Leffler afirma que a concepção norte-americana de segurança nacional podia gerar ansiedades e provocar reações de um governo orgulhoso, suspeito, inseguro e cruel, que era, ao mesmo tempo apreensivo sobre as implicações em relação à reabilitação de inimigos tradicionais e à instalação de bases estrangeiras na periferia do seu território. LEFFLER, Melvin. *National Security and US foreign policy*. In: LEFFLER, M ; PAINTER, David (ed). *Origins of the Cold War: an international history*. London: Routledge, 1994, p.39

⁹O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (em inglês: *Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance*), também conhecido pela sigla TIAR ou como Tratado do Rio, é um tratado de defesa mútua

é possível observar dentre os seus objetivos o desenvolvimento de uma política de defesa para o continente, restringindo a interferência de potências não americanas na região¹⁰. Assim, considerando-se o contexto inicial da Guerra Fria e o papel de liderança dos EUA, é possível compreender claramente o significado político do tratado, naquele momento histórico. (MUNHOZ, 2002:43-44)

A função social que tais práticas foram cumprindo, transformadas em Doutrina a partir de 1948, foi analisada por Maria Helena Moreira Alves, em sua retrospectiva histórica, ao analisar tal ideário que justifica a ditadura militar de 1964. A partir de sua perspectiva, pode-se deduzir que na década de cinquenta consolidou-se e sistematizou-se a ideologia de segurança nacional transformada em doutrina no pós-64:

“A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação. Ela não pressupõe o apoio das massas para a legitimação do poder do Estado, nem tenta obter este apoio; também não contém, como a ideologia fascista, uma teoria de supremacia racial ou numa aspiração imperial. Todavia, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso de uma ideologia de dominação de classe que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista.”(ALVES, 2005:31)

celebrado em 1947 na cidade do Rio de Janeiro entre diversos países americanos. O princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na chamada "doutrina da defesa hemisférica". O TIAR entrou em vigor em 3 de dezembro de 1948, conforme o seu artigo 22. O Brasil é o Estado depositário original do tratado, enquanto que a Organização dos Estados Americanos é a depositária para fins de administração do acordo.

¹⁰Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)- Pasta 389/ 1 /31 - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e Ata Final.

A partir de 1946, na tensão entre liberdades democráticas e mobilização social por direitos civis e trabalhistas, ressurgentes após o longo período de ditadura getulista, as polícias políticas permaneceram com a mesma prática repressiva, acabando por fazer a defesa dos interesses dos setores das burguesias agrária, comerciária e industrial que se viam ameaçadas pela ampliação dos direitos civis.

O recrudescimento das lutas sociais e trabalhistas colocou em pânico a ordem dominante e esta se mobilizou, mais uma vez, para garantir a continuidade das condições que a mantinha dominante no Estado brasileiro. É como se a democracia liberal em si fosse um risco a tal dominação que não poderia conviver com a possibilidade de que propostas alternativas, mesmo no interior do capitalismo, encontrassem respaldo nos segmentos que tinham força para ampliar o estreito grupo que dominava o Estado e que ditava as regras para o desenvolvimento do país, conforme seus interesses.

Em face às mobilizações de classe, particularmente a trabalhadora, o Estado estampa a contradição: a definição de métodos próprios para a prevenção e a repressão às ações que considerava crimes contra a ordem política e social e o ideário de garantia as liberdades civis e políticas.

Neste período de prevalência dos preceitos constitucionais, criou-se a Seção de Segurança Nacional, em 1947, vinculada ao Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior (SSN/MJNI). Esse órgão era uma espécie de coordenador de estudos sobre a Segurança Nacional no país e foi o responsável pela elaboração do anteprojeto da nova Lei de Segurança Nacional. Assim, tanto o Departamento Federal de Segurança Pública (DFPS) quanto a Seção de Segurança Nacional (SSN), ficaram subordinadas ao Ministério da Justiça.

Acompanhava tal institucionalidade a importância que o tema da segurança nacional no período pós-guerra ganhava mundialmente na medida da divisão do mundo em países capitalistas e socialistas, reforçando, para os primeiros, o espectro da revolução social e da internacionalização do comunismo no mundo ocidental.¹¹ Ante a impossibilidade da

¹¹ Nesta perspectiva afirma Luís Reznik, “os supostos perigos de fragmentação do território, invasão por potência estrangeira ou seu controle por quaisquer meios, eram considerados sérias ameaças à segurança nacional. Encaixavam-se como uma luva na denúncia contra o internacionalismo comunista, dependente das orientações de um Estado estrangeiro, a União Soviética. Nesse caso, a segurança do Estado era sustentada

construção de um Estado com participação dos segmentos trabalhistas, a violência será a única forma de garantir o Estado que se desenvolvia no Brasil naquela conjuntura, conforme afirma Livia Cotrim:

A industrialização subordinada ao capital externo, capitaneada pela produção de bens de consumo duráveis, conciliada com a estrutura agrária herdada da colônia e assentada na super-exploração do trabalho, portanto na exclusão econômica dos trabalhadores, é a marca da estreiteza política: incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática – porque impossibilitada de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se pôr à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas -, a burguesia brasileira só pode exercer seu poder político sob forma autocrática. (COLTRIM, 2000:VI)

Nesta perspectiva não é de se estranhar a continuidade de políticas estatais de investimentos em serviços de informações (inteligência) cada vez mais articulados nacionalmente e centralizados no governo federal. Assim, em 1946, na gestão de Eurico Gaspar Dutra, foi criado o Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI), como os demais, subordinados ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). Era tanta responsabilidade que, segundo a historiadora Antunes, naquela ocasião o executivo federal concluía que a SG/CSN não estava preparada para exercer tal responsabilidade, e que seria necessária a criação de um órgão “que tivesse a função de recolher e estudar as informações sensíveis à defesa do país de forma sistemática e permanente, e que tivesse suas atribuições precisamente definidas”. (ANTUNES, 2002:47)

Tanto na reestruturação das polícias políticas na década de 1940, e na criação do Serviço de Inteligência Federal (SFICI) em 1956 a influência das Forças Armadas é notória, como ideóloga de uma doutrina de segurança nacional ¹² e porque assumiram, concretamente, a direção dos organismos criados.

pela vigilância e controle internos, dos grupos, partidos, associações e indivíduos, assim considerados antinacionais”. (REZNIK, 2000:6)

¹²*A marcha pela “modernização”, como objetivo da atuação política,(...), estava em jogo, constituindo-se num dos principais traços de continuidade da intervenção militar entre 1930 e 1964. Sendo assim, é possível inferir que (os militares) disputavam também a forma que iria garantir o prosseguimento da construção da potência, do “destino glorioso que o Brasil teria a cumprir”, ou seja, a “luta pela modernização” e pela “construção da potência”acabava tendo um mesmo e único sentido.(PEREIRA, 1997:48-49)*

Embora fosse um organismo intermediário de assessoria à Presidência da República, a direção do SFICI era exercida de forma alternada por oficiais superiores das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), fato que começou a marcar a presença militar dominante na condução da atividade de inteligência de Estado, como já acontecia com a nomeação de oficiais superiores para a chefia da polícia do Distrito Federal, no governo Vargas. O SFICI foi regulamentado somente 12 anos depois de sua criação através do Decreto nº 44.489-A (BRASIL, 1958), com a competência de superintender e coordenar as atividades de informações que interessavam à Segurança Nacional. (RORATTO,CARNIELLI, 2006:17)

Assim, embora a tendência à centralização das informações de inteligência e dos serviços secretos de vigilância e repressão tenha ocorrido já nas décadas de 1940, defendemos que a sua real atual enquanto um sistema estruturado, com capilaridade suficiente para abranger todo o país e subordinar as estruturas estaduais das polícias quando se tratava da denominada segurança interna, só ocorrerá no governo de Juscelino Kubistchek (JK)._

Se compararmos a criação do SFICI em 1946 com a sua efetivação no governo de JK, o diferencial é que a partir de 1956, aos princípios de tal agencia federal de informação, acresce-se todo o ideário da espionagem e contraespionagem fruto do pós-guerra e também do contato das autoridades brasileiras com membros da CIA.¹³ Conforme afirma Lucas Figueiredo somente após a efetiva pressão norte-americana, na figura do então Secretário de Estado John Foster Dulles em 1956, o Serviço Secreto (federal), ou seja, o SFICI saiu do papel e recebeu apoio financeiro e logístico através da CIA e do FBI.¹⁴ A insistência dos EUA na montagem de uma agência de inteligência federal sobre o crivo das Forças Armadas para

¹³“A CIA começou a valer-se de operações encobertas desde a sua fundação em 1947. Nas décadas de 1950 e 1960, os Estados Unidos utilizava-se de operações encobertas combinadas com outras ferramentas de política externa, muito embora a organização da atividade de inteligência norte-americana remontasse à década anterior. (...) O primeiro treinamento em Inteligência organizado por uma instituição brasileira foi realizado pela ESG, em caráter experimental no ano de 1958, quando foi instalado o SFICI. Obviamente, toda a experiência que a ESG e os militares brasileiros possuíam nessa área havia sido repassada pelos norte-americanos, a partir do relacionamento militar mais estreito. Sob o comando do general Oswaldo Cordeiro de Farias, a ESG enviara para o National War College, em fins da década de 1940, os primeiros integrantes do seu corpo permanente (...)”. (BRAGA, 2002:54 e 59)

¹⁴ O secretário de Estado John Foster Dulles, “(...)pressionava o Brasil para intensificar seu programa anticomunista. Para Dulles, não podia haver desenvolvimento econômico e político sem segurança interna nacional”.(HUGGINS, 1998:97)

manter e obter informações do “movimento comunista” nas Américas era crucial na estratégia de repressão, e o Brasil era o maior aliado norte americano naquele período.

Assim começou o SFICI a ser organizado no interior da segunda seção da Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN). Segundo Antunes, a proposta era de que, “com o amadurecimento da agência, a SFICI se desligaria da segunda seção da Secretária do CSN e se tornaria um órgão autônomo, subordinado diretamente à Presidência da República.” (ANTUNES, 2002:48)

A Secretaria Geral do CSN, criada pelo Decreto nº 44.489, de 15 de setembro de 1958, continha um gabinete, três seções e o SFICI. Este era composto por quatro subseções: a do exterior, a do interior, a de segurança interna e a de operações. No entanto, não possuía autonomia financeira, pois suas verbas estavam incluídas nas da Secretaria Geral do CSN.

O SFICI funcionava como agência central de processamento de todas as informações sobre atividades consideradas suspeitas, provenientes de todos os órgãos policiais do país, tais como as DOPS(s), as autarquias, as Secretarias de Segurança dos Estados, Ministérios civis, etc.

Todas estas informações passaram a ser processadas e enviadas para uma Junta Coordenadora de Informações (JCI), criada em dezembro de 1958, quando da aprovação de um novo regimento interno da Secretaria Geral do CSN e regulamentada em setembro do ano seguinte,¹⁵ tendo como atribuições,

*as informações de interesse para a segurança nacional serão obtidas através dos órgãos de administração federal, estadual, municipal autárquica e paraestatal, das sociedades de economia mista, mediante um planejamento realizado pela Junta Coordenadora de Informações*¹⁶.

A JCI era presidida pelo secretário-geral do CSN e a integravam os representantes dos estados-maiores dos Ministérios militares, do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), os Ministérios civis, o Departamento Federal de Segurança Pública e o chefe de gabinete da Secretaria Geral do CSN.

Com tal medida o Governo JK articulava a vigilância e a repressão nacionalmente, e a faz presente em todas as instâncias da estrutura do Estado, apesar do que rezava a

¹⁵ Decreto nº 46.508/A, de 20 de setembro de 1959.

¹⁶ Decreto nº 45.040 parágrafo 1º do artigo 4º, de 06 de dezembro de 1958.

Constituição de 1946 sobre as liberdades políticas, de manifestação e expressão. – Segurança Nacional– interna e externa -.

O fluxo de informações: cobrindo o território nacional

Uma infinidade de informações circulava entre as polícias políticas, os Ministérios, as Forças Armadas, enfim toda a estrutura governamental, vigiando e monitorando a sociedade civil.

Ou seja, conforme as demandas sociais cresciam, usufruindo dos direitos constitucionais, mais focos subversivos eram identificados pelos agentes policiais, agora unificados na ação e com objetivos integrados. Não poderiam prever indivíduos, organizações, mobilizações populares ou partidárias, que sua “cidadania” dava argumentos para restringir-se ainda mais a já restrita constitucionalidade. Eram notórias as restrições à cidadania nas práticas arbitrárias da polícia, presentes quando das mobilizações sociais, na obstrução das entidades sindicais, na perseguição a seus membros, na violência policial encontrada nas delegacias de polícia, na cassação de mandatos parlamentares, enfim na criminalização do social.

O cotidiano das delegacias de polícia já vinha impregnado de uma visão de monitoramento e repressão, e naquele momento, a isto se somava o monitoramento da Secretaria Geral do CSN, orquestrando essas informações sobre tudo e todos. Parte dos documentos que analisamos são as correspondências entre o Serviço Secreto da DOPS-SP e a referida secretaria. Esses documentos são os boletins diários de tudo o que acontecia no Estado de São Paulo e que abrangia também a outras regiões do país, pois na capital paulista havia representações nacionais de várias entidades de classe.

Os boletins diários nos revelaram um universo de movimentações sociais consideradas afetas ao serviço policial por serem, segundo as autoridades, relativas à segurança nacional, demandando o monitoramento e possível repressão das polícias políticas. Informações que, enviadas à CSN eram ali processadas, elencando-se o que era prioritário ter continuidade. Após eram reencaminhados para as respectivas autoridades policiais para maior averiguação e posteriores providências.

Cada dossiê de investigação permitia a instauração de um inquérito e de uma ação repressiva dos órgãos de polícia política.

Tal vigilância denota a impossibilidade da democracia liberal, pois impedia a liberdade de expressão e atentava contra a privacidade do cidadão, configurando-se uma constitucionalidade restringida. Da vigilância partia-se para a montagem de dossiês visando aniquilar os movimentos sociais criminalizando-os, respaldando-se, tal ação, na Lei de Segurança Nacional:

A polícia política ou serviço de inteligência como é internacionalmente conhecida, não se limita à repressão dos movimentos sociais no momento de sua manifestação. Ela supõe um passo além: objetiva, minucioso controle de caráter ideológico de cada organização procurando, a partir da realização de um diagnóstico bastante rigoroso, esvaziar aquelas intenções de mobilização pela perseguição aos líderes e veículos de difusão. (MAGALHÃES apud MONTEIRO, GANDRA, 2005:66-67)

Os Boletins diários eram enviados quinzenalmente ao Chefe de Gabinete do secretário-geral do CSN com o seguinte cabeçalho: Serviço Secreto – Resumo de Informações reservadas, constantes dos Boletins Diários deste serviço referentes ao período de (1 a 15 ou de 16 a 30 do corrente).

Os agentes estaduais acompanhavam de perto todas as atividades referentes à sociedade civil tanto no campo como na cidade. Além da vigilância aos trabalhadores e às suas organizações, lideranças, expressões, mobilidades, etc., também acompanhavam as associações da sociedade civil com plataformas democráticas ou simplesmente progressistas. A justificativa era a mesma apresentada desde a 1ª Conferência de Polícia de 1951: as liberdades asseguradas pela nova Constituição representavam um perigo e, em médio prazo, desembocavam em movimentos subversivos que atentavam contra a ordem estabelecida.

As mobilizações da sociedade civil à procura de soluções para os problemas gerados pela continuidade a desigualdade, pelo crescimento industrial acelerado e pelo padrão de expansão urbana e pela continuidade dos problemas do campo problemas esses relativos aos salários e condições de trabalho, à “carestia dos preços”, às condições de moradia e, à representação política de fato-, eram consideradas um atentado a Segurança Nacional.

Cumprindo as determinações do CSN, as Delegacias de Ordem Política e Social Estaduais, mantinha semanalmente relatórios de vigilância referentes a diversas instituições de caráter privado ou público, alimentando de informações tanto o CSN como os demais ministérios civis, na medida dos interesses de cada instituição governamental no que tangia a

busca de informações relativas à segurança nacional. Assim cada ministério encaminhava o seu pedido de levantamento de informações ou respondia a pedidos de outros departamentos ministeriais, da Secretaria Geral do CSN, ou das delegacias especializadas, assegurando o maior levantamento a respeito daqueles assuntos.

Naquela conjuntura marcada pelo acirramento das lutas sociais em grande parte dos países latinos americanos, decorrentes da selvageria do capitalismo e da forma autocrata como se punham a formação da maior parte dos Estados na região, o receio dos segmentos dominantes deu respaldo, no Brasil, não apenas á continuidade do monitoramento e da repressão á sociedade, mas organizou um sistema eficiente. Um sistema capaz também de responder pelos acordos internacionais que versavam sobre a vigilância e a troca de informações dos movimentos considerados atentatórios á Segurança Nacional do país e no continente latino americano, quando demandadas.

Uma perspectiva internacional que via nesses movimentos internos a extensão internacional da revolução comunista que poderia colocar em cheque, segundo eles, o desenvolvimento da economia capitalista em nível mundial e a manutenção dos governos “democráticos”, sob a égide da política estadunidense.

Desta maneira a ideologia da Guerra Fria, fomentada pelos norte-americanos, mais o anticomunismo exacerbado do sistema de vigilância, vieram de encontro aos interesses dos segmentos dominantes, receosos de qualquer mudança que pudesse alterar seu domínio sobre o governo. Defensores, portanto, de uma modernização conservadora que mantivesse os mesmos padrões de desenvolvimento atrelado e subordinado ao capital internacional, os argumentos da falência do poder civil e da ineficiência das Leis e do Poder Judiciário ao que tangia á defesa do Estado lhes servia como uma luva feita sob medida.

Neste contexto, a luta pela cidadania foi vista como uma anomalia social, uma característica do subdesenvolvimento, da falta de cultura, que colocava as “massas” á mercê das ideologias alienígenas. E se consolida um Estado que, mesmo naquele período democratizante, se pôs como uma entidade acima dos antagonismos de classe, para promover a união dos objetivos nacionais aglutinados em torno de segmentos dominantes e respaldados na Ideologia da Segurança Nacional.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. *Rev. Bras. Polít. Int.* v.45n° 2. Brasília, 2002.

CEPIK, Marco. Sistemas Nacionais de Inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 1, 2003.

COTRIM, Livia. O capital atrofico: da via colonial à mundialização. In: CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

FERNANDES, Ananda Simões. *A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, p. 841. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: 1998, Cortez Editora.

MAGALHÃES, M.B. de. Paraná: política e governo. (Coleção História do Paraná) Curitiba: SEED, 2001. Apud MONTEIRO, Cláudia, GANDRA, Edgar Ávila. Os ferroviários no Paraná e suas lutas políticas na década de 1950. *Revista Analecta*, v.6 nº 1 p.66-67 jan-jun 2005 Guarapuava-PR.

MUNHOZ, Sidnei J.. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953) *Revista Diálogos*, DH/UEM, v.6 2002.

OLIVEIRA, Nilo Dias. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Editorial Académica Española, Alemanha, 2012.

PEREIRA, Maurício Broinizi. Estado Novo: a constituição das bases do “partido militar” e do projeto “Brasil Potência”. *Caderno Premissas*, nº 15-16, abril-agosto de 1997, UNICAMP.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A polícia política nos pós Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas, 2000.

RORATTO, João Manoel, CARNIELLI, Beatrice Laura. *O pensar e a criação de um organismo de inteligência no Brasil: antecedentes históricos*. Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: ABIN, v.2, n°2, abril de 2006.